

Eu vi meu quilombo cair: parentesco e pertencimento entre famílias negras¹

Rayssa Marrayne César de Sousa (UFMG)

Palavras-chave: Parentesco negro; Fabulação crítica; Afrofuturismo.

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a construção do pertencimento e da memória em famílias negras, tomando como ponto de partida a trajetória da minha própria família em Congonhas do Norte, Minas Gerais, e a minha busca pelo "Quilombo do Brás", território ancestral da minha família. Diante da angústia do não pertencimento gerada por lacunas e silêncios de histórias que nos foram contadas, a pesquisa investiga que tipo de identidade e pertencimento se constrói a partir daquilo que não é lembrado ou registrado formalmente. A partir daí procuro posicionar os sujeitos historicamente silenciados como produtores de conhecimento, utilizando o arquivo (entrevistas e imagens) não apenas como fonte, mas como um artefato de disputa política e reconhecimento.

A investigação revela que o arquivo da escravidão funciona muitas vezes como uma "sentença de morte" ou um inventário de propriedade, falhando em narrar a vida cativa e deixando para os descendentes uma "ancestralidade desarticulada". Para enfrentar essa despossessão, utilizo o método de fabulação crítica, proposto por Saidiya Hartman, que permite não apenas "imaginar radicalmente", mas também reconstruir simbolicamente trajetórias mutiladas pelo racismo.

Nesse sentido, busco pensar no parentesco não só como uma rede de afinidades, mas voltar o olhar para a sua fragilidade e incompletude, digamos assim. Incompletude essa marcada pela dificuldade de acessar histórias e nomes de antepassados, por exemplo. O que não é uma questão individual para famílias negras. A articulação com o afrofuturismo permite ler essa busca como uma ferramenta de agência. Ao reivindicar o passado por meio da oralidade e da criatividade, não apenas preenchemos o vazio histórico, mas projetamos um futuro de dignidade e autorreconhecimento.

Introdução

“A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora”

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

Lélia Gonzalez

Passamos um tempo tentando se encaixar como alguma coisa, se identificar com algo, lembro de dizer a familiares “eu não sou nada, sou gente só”, quando mais nova. Negação ou não, naquele momento, talvez fosse realmente “só gente”, porém aquela ficha reavivou um novo questionamento sobre mim: Eu sou o que?

Desde a primeira infância sempre frequentei espaços mais brancos, pelo menos não tão enegrecidos, a não ser o núcleo de convivência familiar, onde sou (ou seja, é algo que persiste até hoje), “morena” ou “pretinha”, nunca algo de fato marcado. Creio que só após uns 16 anos passei a me enxergar enquanto uma pessoa negra, não apenas gente, muito por parte das dores que compartilhamos, como a dor de não saber ao certo de onde se vem.

Minha família advém de uma cidade chamada Congonhas do Norte, próxima à Diamantina, Serro, Conceição do Mato Dentro, Datas, e outras cidades mais. Meu bisavô nasceu na fazenda do Brás, em um lugar que eles chamavam de “Quilombo”, assim como minha avó. Contudo, seu núcleo familiar (seus pais e irmãos) acabaram se mudando para a Serra Manuel Rodrigues, onde meu bisavô cuidaria da terra de um fazendeiro chamado Arthur e trabalharia menos do que quando morava no Quilombo. Mas eu só sei disso porque me sentei e perguntei, não há mais histórias passadas...

Esse texto, é resultado de conversas com a minha família, uma família negra e de contexto rural. O ponto de partida será a minha avó, interlocutora principal, não só por ser a mais velha, mas também por ser o membro da família que possui mais conhecimento da sua trajetória, desde Congonhas do Norte até Ribeirão das Neves.

A questão analítica que me coloquei foi entender como a ausência de certos vínculos comumente tidos como importantes para a constituição familiar afetam o pertencimento, especialmente quando falamos de famílias negras. Ao invés de pensar no parentesco como uma rede de afinidades, volto o olhar para a sua fragilidade e incompletude, digamos assim. Incompletude essa marcada pela dificuldade de acessar histórias e nomes de antepassados, por exemplo. Nesse caso, a pergunta central é “Que tipo de pertencimento se constrói a partir daquilo que não é lembrado ou não é sabido?”.

A angústia do não pertencimento

A história de muitas famílias negras é permeada por diversas lacunas e ausências. São pedaços de memória que se perderam, que não foram transmitidos, que foram desaparecendo com o tempo, deixando uma sombra silenciosa sobre quem somos e de onde viemos. Seja por vergonha ou estratégia, essas ausências não são apenas narrativas esquecidas; representam também o que foi apagado, o que foi escondido desde os tempos em que nossos antepassados enfrentaram a violência de um esquecimento arquitetado.

Lembro-me de que minha família dizia que meu bisavô morava num lugar chamado Quilombo, mas além desse nome, nada mais se sabe. Não há fotos, não há registros, apenas a lembrança truncada de que ele trabalhava numa fazenda, entregando cargas, vivendo uma rotina difícil de reconstruir na narrativa familiar. Essas memórias transportam uma sensação de incompletude, você sabe que há uma história ali, mas ela permanece invisível, como uma sombra que não se consegue tocar.

A ausência do reconhecimento completo das nossas raízes gera um sentimento de desalinho interno. Quando não podemos acessar as histórias que nos conectam aos nossos ancestrais, ficamos vulneráveis à dúvida. Essa dúvida, silenciosa e persistente, revela-se como uma ferida aberta no processo de formação da nossa identidade. Afinal, para muitas famílias negras, o apagamento da história familiar é uma política de silenciamento que deixa marcas profundas na autoestima e no autorreconhecimento. E, muitas das vezes, é um apagamento que nós mesmos optamos por fazê-lo inconscientemente, seja por “não se orgulhar”, por julgamento, ou até mesmo por estratégia de sobrevivência.

“As histórias apagadas devem ser recuperadas por se tratar de construções de identidade de pessoas no presente, onde a falta de informações sobre origem e ancestralidade as desvinculam de seus ancestrais. Vivências do passado não são fatores isolados do presente, são partes constituintes das pessoas e permanecem agindo socioculturalmente através dos costumes e hábitos que foram herdados.” (PACHECO, 2024, p. 25).

Essa fragilidade do pertencimento, gerada pela ausência de memórias, nos impulsiona a uma constante, uma busca que não se resume à procura por fatos concretos, mas que também emerge na tentativa de criar narrativas, de imaginar histórias possíveis, de vincular-se às raízes que permanecem invisíveis. Essa busca é um ato de resistência, de afirmação, uma maneira de preencher o vazio por meio da criatividade e da reconstrução simbólica. Ainda assim, essa ação nem sempre consegue substituir a sensação de preencher algumas dúvidas.

No nosso percurso, percebo que, mesmo na ausência de informações, existe uma força na tentativa de conexão, com os antepassados que não conhecemos, com as tradições que permanecem, com os nomes que talvez nunca tenham sido registrados oficialmente. Assim, o que não foi lembrado ou não é sabido, ao invés de ser uma fonte de ruptura, torna-se uma oportunidade, ou melhor, uma maneira de reconstrução do pertencimento, uma ponte que se liga na nossa própria história, que muitas vezes é reescrita na memória, na oralidade, na cultura que passamos adiante.

O pertencimento que se constrói a partir daquilo que não é lembrado ou sabido, no contexto das famílias negras, é fundamentalmente um ato de resiliência e uma narrativa recombinante que desafia a incompletude do arquivo histórico e a violência da despossessão. Este tipo de pertencimento não é passivo, mas uma performance ativa de identidade forjada contra o silêncio e as lacunas genealógicas. A fragilidade do parentesco começa no arquivo da violência da escravização, um evento radical de despossessão que transformou corpos em "carne" (mercadoria de exploração) em oposição ao "corpo" (sujeito humano), como nos elucida Hortense Spillers (2021). Neste paradigma ontológico, o parentesco perdeu sua eficácia jurídica e social. O arquivo da escravidão é frequentemente descrito como uma "sentença de morte", um "túmulo", ou um "inventário de propriedade", que não fornece um relato exaustivo da vida cativa, mas cataloga as afirmações que autorizaram sua morte (HARTMAN, 2020). A violência irreparável do tráfico reside precisamente nas histórias que não podemos conhecer e que nunca serão recuperadas.

“É uma história fundamentada na impossibilidade – de escutar o não dito, traduzir palavras mal interpretadas e remodelar vidas desfiguradas – e decidida a atingir um objetivo impossível: reparar a violência que produziu números, códigos e fragmentos de discurso, que é o mais próximo que nós chegamos a uma biografia da cativa e da escravizada.” (HARTMAN, 2020, p. 15).

O pertencimento emerge, então, do esforço em preencher o vazio e em nomear os que se foram, mesmo sem recordação completa. A ausência de nomes e histórias aguça a fome por elas. Assim como a dificuldade em registrar os três filhos que morreram jovens (Ana, Geralda e mais um garoto do qual o nome não sabemos mais) na história de minha família, a luta se torna dar um lugar a esses ausentes através do luto implícito. O reconhecimento se constrói a partir da afirmação de que eles existiram, superando o silêncio imposto. O desafio de reconstruir essas vidas mutiladas exige uma prática da liberdade contra a coisificação.

Na dimensão territorial, o pertencimento não se ancora na posse estável (que foi frequentemente perdida, como no caso do Quilombo que foi vendido), mas na memória do rasto e na busca por autonomia. O que não é sabido sobre a linha de descendência ou a posse de bens é substituído pela memória das raízes. Ele não é autoevidente, precisando ser "assuntado" (investigado) pelas mães e parentes, e só ganha sentido nas narrativas coletivas. O autorreconhecimento reside no sucesso da migração e na fundação de um novo regime de subsistência livre da submissão anterior na Serra, um ato de agência sobre a perda, por mais dolorido que seja deixar o território, minha avó ainda se recorda com paixão do Quilombo do Brás.

O parentesco negro configura-se como um diagrama rarefeito e precário, recusando os enquadramentos morais da "família" iluminista (SANTOS, 2024). A maternagem coletiva e a figura da "Tia", um "título nobre informal" dado às mulheres negras mais velhas que exerciam liderança e promoviam o acolhimento (SANTOS, 2024), são essenciais para manter os vínculos. O pertencimento é definido pela convivência, pelo cuidado e pelo afeto, e não pela consanguinidade restrita, permitindo que a nomenclatura seja flexível.

“A tia às vezes é uma avó, uma madrinha, uma Iyá, um babalaô, um griô, uma irmã ou irmão mais velho, uma preta quilombola, a senhora vizinha que cuida das crianças, a dinda que dá de comer quando nada se tem, a ativista que luta por cada centímetro de reivindicação do que nos é de direito. Seja qual for sua posição ou nomenclatura em uma estrutura de parentesco (consanguíneo ou não), a tia é quem faz o movimento de tessitura e liga as coisas umas às outras.” (SANTOS, 2024, p. 93).

Durante muito tempo, a antropologia tratou a família como uma unidade quase universal, baseada em consanguinidade, reprodução e um núcleo estável (pai, mãe, filhos). Autores como Lévi-Strauss (1982) e Radcliff-Brown buscavam princípios gerais da família humana. Entretanto, a partir de Schneider (1984), a antropologia crítica passou a mostrar que a ideia de família como “grupo natural de sangue” é parte de uma ideologia ocidental específica. Schneider argumenta que aquilo que chamamos de “família nuclear” (biológica, heterossexual, monogâmica), não é um universal, mas um ideal cultural produzido nos Estados Unidos e exportado como norma global. Durante uma das entrevistas perguntava a minha avó “A sua família morava no quilombo?”, e ela dizia que sim, porém só após algum tempo fui entender que a família a qual ela se referia eram seus pais, irmãos, tios, avós, primos, ...

Rayssa: Mas nesse quilombo aí, tem gente lá ainda?

Vó: Não, no quilombo acho que não tem ninguém não.

Rayssa: Já foi todo mundo embora já?

Vó: Não. No quilombo, quando o papai saiu de lá, a casa ficou lá, a casa era do Brás.

Rayssa: Ah, mas então era só vocês então? Ou tinha mais gente?

[...]

Vó: Não tinha meu avô, o meu avô também morava nesse lugar lá [...].

Quando trazemos essa discussão para o contexto afro-diaspórico, a situação se aprofunda. A escravidão destruiu sistematicamente relações de parentesco africanas, separando mães e filhos, proibindo casamentos, trocando sobrenomes, vendendo pessoas como mercadorias. Esse trauma inaugural produz uma relação específica com a memória: há sempre fragmentos.

“O que sobrou foi a carne, pura mercadoria de exploração e troca que, ao circular em transações financeiras, possibilitou o advento de uma nova era da economia política mundial. A carne num estado de objetificação total é a própria impossibilidade de produção de vida, construção de laços, o grau zero de conceitualização social.” (SANTOS, 2024, p. 82, interpretando Spillers).

Para escrever sobre essa incompletude e fragilidade sem replicar a violência do arquivo, o método necessário é a fabulação crítica. Fabular criticamente é "imaginar o que poderia ter sido" e "visualizar um estado livre" a partir dos fragmentos do arquivo. Embora o risco de reiterar discursos violentos e representar novamente cenas de tortura seja inerente ao revisitar, a intenção é reparar a violência que reduziu vidas a códigos e fragmentos de discurso. O objetivo final não é a redenção dos mortos, mas a criação de um lar para o "eu" mutilado e violado no presente, transformando a história familiar, incompleta e vulnerável, em uma performance constante de pertencimento e luta.

Contudo, aprender a conviver com essa incompletude gera uma consciência profunda: o pertencimento não é uma entidade fixa, pronta, carregada de evidências palpáveis, mas uma construção contínua, uma narrativa em movimentação, um laço que se reforça na resistência, na empatia e na criatividade de outros modos de se reconhecer. É entender que, mesmo sem uma árvore genealógica completamente clara, podemos encontrar nosso lugar no presente, carregando conosco as marcas invisíveis de nossa ancestralidade desarticulada, que também nos fazem fortes.

A essa altura, percebo que o processo de autoidentificação e de reconhecimento ancestral é uma prática de resistência. Porque, ao buscar aquilo que não nos foi contado, estamos reivindicando nossa humanidade, nossa história e nossa dignidade. Construimos, assim, uma forma de pertencimento que não depende somente de provas documentais, mas de uma vivência, de uma memória que se faz na oralidade, na cultura, na maneira de sermos e de resistirmos às tentativas de apagamento.

E, nesse caminho, descobrimos que a ausência de memória também tem seus créditos, ela nos impulsiona a criar e a reescrever nossas histórias, a questionar as versões tradicionais, a valorizar a nossa ancestralidade invisível, que pode estar no modo como estamos aqui, resistindo, existindo, sendo, apesar de toda a fragilidade da memória que nos foi deixada ou que nos foi negada.

“A gente morava num lugar chamado quilombo”



Imagem 1: Fachada da casa de uma de minhas tias na Serra Manuel Rodrigues. Fonte: Acervo próprio.



Imagem 2: Fachada da casa de uma de minha bisavó. Fonte: Acervo próprio.



Imagem 3: Cachoeira da Serra Manuel Rodrigues. Fonte: Acervo próprio.



Imagem 4: Fachada da casa de uma de minhas tias na Serra Manuel Rodrigues. Fonte: Acervo próprio.



Imagem 5: Primas em cachoeira na Serra Manuel Rodrigues. Fonte: Acervo próprio.



Imagem 1: Minha bisavó. Fonte: Acervo próprio.

Referências

ALVES, Yara de Cássia. Nos rastros do passado: costuras do tempo na construção do parentesco e da socialidade entre quilombolas do Vale do Jequitinhonha- MG. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.8.2022.tde-07022023-175610. pág.: 72 - 102.

DAMÁSIO, Ana Clara. Isso não é uma autoetnografia. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-14, 2022. DOI: 10.5433/2176-6665.2022v27n3e46479.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. Revista ECO-Pós, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27640.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A noção de casa (ano letivo 1976-1977). In: Minhas palavras. São Paulo: Brasiliense, 1986. [tradução de Carlos Nelson Coutinho].

MALINOWSKI, Bronislaw. “A procriação e a gravidez, segundo as crenças e os costumes dos nativos” in A Vida Sexual dos Selvagens: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das Ilhas Trobriand. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

PACHECO, Thamyres da Silva. *Passado que se faz presente: busca arqueológica guiada pela memória dos mais velhos a partir de um estudo de caso em Catuné-MG*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024, p.: 13 - 37.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred, "Os parentescos por brincadeira", in *Estrutura e função na sociedade primitiva* Petrópolis:Vozes, 1973.

SANTOS, Ana Clara Sousa Damásio dos. "Introdução", "Capítulo I" e "Capítulo IVF. In: *Fazer-família e fazer-antropologia: uma etnografia sobre cair pra idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI*. 2020. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, Daniela Guedes dos. *Parentesco tem cor? Algumas reflexões sobre antropologia, parentesco e negritude*. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024, p.: 63 - 93.

SPILLERS, H. J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S. Z.; ARIAS, A. (org.). *Pensamento radical negro*. São Paulo: Crocodilo; N-1 Edições, 2021.